O TERRITORIO ANEGIA E A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E MILITAR DO CURSO TERMINAL DO DOURO (Séculos IX - XII)

António Manuel de Carvalho LIMA *

Henrique da Gama Barros e Torquato de Sousa Soares (BARROS 1954: 11 - 69 e 221 – 396), e Amorim Girão e Paulo Merêa (MERÊA e GIRÃO 1943) assinaram alguns dos mais clássicos trabalhos sobre a evolução da organização administrativa e militar alti-medieval, numa linha de investigação que hoje se encontra já muito explorada.

Não cremos que seja possível dizer muito mais, com alguma inovação, sem orientar a investigação em direcções diferentes, nomeadamente a do confronto entre os parcos dados que nos transmite a nossa lacónica documentação dos séculos IX a XI, com dados de outra natureza, sobretudo os que nos podem ser fornecidos pela arqueologia espacial e cartografia histórica.

Foi então neste sentido que orientamos o nosso trabalho, o. que permitiu a obtenção de dados com alguma importância para a compreensão daquilo que foi a organização administrativa e militar do vale do Douro na Alta Idade Média, em especial do *territorium* da civitas Anegia.

1. Génese e afirmação do *territorio Anegia*

Não nos deteremos muito sobre a cronologia da génese do *territorio Anegia*. É hoje consensual que se trata de uma fundação datável dos primeiros anos do reinado de Afonso III das Astúrias, cerca de 870 (ALMEIDA e LOPES 1981/82: 133).

Não se tratou de uma construção progressiva de uma área paulatinamente tornada segura. Os mais antigos documentos que referem este *territorium* mostram-no já com as dimensões que manteria até ao seu desaparecimento. Foi pois certamente o resultado de uma deliberação régia, e enquadra-se perfeitamente na reorganização político-militar levada a efeito por aquele monarca com vista à criação de condições de segurança que permitissem a fixação da população no vale do Douro.

A sua criação é globalmente contemporânea das presúrias de *Portucale* (868) e Coimbra (878), e dos primeiros sinais de alguma dinâmica populacional na área por ele ocupada, nomeadamente nos actuais concelhos de Cinfães (DC 6 e DC 7, de 870 e 874), Penafiel (DC 8, de 875), Marco de Canaveses (DC 9, de 882), Castelo de Paiva (DC 10, de 883) e Arouca (idem).

Estas primeiras presúrias privilegiam a ocupação de pontos estratégicos onde se criam fortalezas e estabelecem os *comites*, delegados dos reis astur-leoneses.

Tais fortalezas passam a encabeçar vastos territórios, onde têm por missão garantir a segurança necessária à fixação da população nesta área de fronteira, permanentemente abalada pelas incursões e razias muçulmanas, e desta forma garantir também a estabilidade da fronteira muçulmano-cristã.

Os locais escolhidos para a implantação de tais fortalezas são criteriosamente escolhidos.

Para o caso que nos ocupa, foi escolhido um pequeno esporão, hoje denominado *Cividade*, localizado na freguesia de Eja, concelho de Penafiel[1].

Os sucessivos aterros e desaterros a que o local já foi entretanto sujeito pouco deixam adivinhar da vetusta *civitas Anegia*. Alguns troços de muralha, visíveis ao nível dos alicerces, ou desenhados na topografia local, só ganharão sentido quando uma intervenção arqueológica no local os enquadrar devidamente.

Se a localização da *civitas* é consensual, o mesmo não se poderá dizer da extensão e limites do seu *territorium*, que desde há muito carecem de esclarecimento.

2. Extensão e limites geográficos. O *territorio Anegia* e os outros *territoria*

Os autores que já tentaram definir a extensão e limites do *territorium* da *civitas Anegia* são sempre muito vagos. Embora sem se afastarem muito da área efectivamente ocupada por ele, não parecem ter realmente a noção do que o delimita (*cfr.* LIMA 1993: 32 – 35).

Por isso, cartografamos mais uma vez todos os sítios referidos nos diplomas medievais como parte integrante do *territorio Anegia*.

Para isso, e relativamente às cartografias tradicionais, retiramos algumas referências erradas[2], inserimos outras geralmente esquecidas[3], e corrigimos a localização de algumas outras[4].

A esta cartografia, juntamos alguns elementos relevantes da orografia e hidrografia regional, e - com base numa reconstrução fundamentada em dados documentais - inserimos nela o traçado provável da principal via terrestre já existente na época, já então chamada *carraria antiqua*. O resultado é um território surpreendemente coerente com os objectivos para o qual foi criado (FIG. 1).

O *territorium* da *civitas Anegia* não é mais do que um corredor natural[5], de orientação NW - SE, delimitado, a Leste pelo Marão (*mons Maraonis*)[6] e Montemuro (*mons Muro*), a Sul pelo maciço da Freita (*mons Fuste*), e a Oeste pela cumeada a que hoje a toponímia não confere qualquer unidade, mas a que os medievais chamavam, na margem Sul, *Serra Sicca*[7].

Esta *Serra Sicca* é uma cumeada cuja altitude máxima oscila entre os 400 e os 600 m, e que culmina, na margem Sul do Douro, no alto de São Domingos. Esta linha de alturas "ignora" aquele rio, prolongando-se, na margem Norte, nas serras das Banjas, Flores / Santa Iria e Pias / Santa Justa.

Ela delimita e separa, naturalmente, a zona granítica - fértil e densamente povoada - da mancha xistosa e também carbonífera - pouco produtiva e deserta de gente.

Mais ainda, esta cumeada é uma última linha natural a isolar *Portucale* do interior e a defender o litoral de possíveis ataques vindos de Leste.

Delimitava os *territoria* de *Anegia* e *Portucale* (na margem Norte) e também provavelmente *Anegia* e *Sancta Maria* (na margem Sul), e devia ser intensamente fortificada na Alta Idade Média.

Os três pontos fracos desta barreira natural, isto é, os pontos onde esta linha de alturas é rasgada pelos rios Douro, Sousa e Ferreira eram fortificados. Sobre o rio Douro, o *Monte do Castelo* em Broalhos, e o *Alto do Castelo*, em Medas (Gondomar); sobre o rio Sousa, o famoso *Castelo de Aguiar* (Paredes), tomado por *Almansor*, quem sabe se vindo de *Anegia* e procurando aceder a *Portucale*; e sobre o rio Ferreira, o *Alto do Castelo*, em Campo (Valongo)[8].

Peguemos agora no elemento estruturante de todo este corredor de *Anegia*: uma importante via, de origem romana, provinha da zona de Arouca, atravessava o Paiva na zona de Espiunca, percorria o vale deste rio na sua margem Leste, e ia atravessar o Douro

na foz do rio Paiva, em direcção a Várzea do Douro e depois Alpendorada (LIMA 1993: 260 – 265).

Na zona de travessia do Douro, junto ao *porto de Pavia*, já referido em 1108 (DP III 267), ambas as margens estão intensamente fortificadas e defendidas, já desde época romana.

Esta via foi certamente muito utilizada pelos muçulmanos para as incursões e razias que frequentemente faziam em direcção ao Norte. Certamente também o foi por *Almansor*, o mais famoso e temido dos chefes militares muçulmanos.

Para além das narrações apocalípticas que existem para a região de Arouca, a propósito das razias árabes (DC 746), a própria toponímia registou, ao longo deste eixo, o nome deste famoso personagem a que certamente estas gentes não ficaram indiferentes: *Mansores* em Arouca, e *Almansor* em Castelo de Paiva, recordam tempos que devem ter sido bem difíceis. Por esta via, poderá ter fugido um abade que, escapando das investidas do mesmo *Almansor* nas terras de Santa Maria, se veio refugiar no Mosteiro de Paço de Sousa, como nos relata um diploma de 994 (DC 169 = LTPS 132).

Foi muito provavelmente esta via que ainda *Almansor* utilizou para chegar ao castelo de Aguiar de Sousa, o qual tomou no ano de 995, como nos relata o Livro das Eras: *Era* M.ª XXXIII. III.ª [sic] *sepe Almancor castellum Aquilar quod est in ripa de Sausa prouincia portucalensi* (*cfr.* ACMA, p. 75).

Sobre o protagonismo de *Anegia* em todas estas lutas, as fontes narrativas quedam completamente mudas. Talvez o seu silêncio não seja um mero capricho das circunstâncias em que se conservou - ou não - a nossa documentação alti-medieval.

Na vastidão de tão grande *territorium* deve ter residido a fraqueza da *civitas Anegia*, incapaz, ao que parece, de assumir qualquer papel relevante nos confrontos militares que assolaram esta região nos finais do primeiro milénio.

3. Fragmentação do *territorio Anegia*. Do *territorium* às *terræ*

A última referência documental ao *territorio Anegia* é extremamente tardia. Data de 1185 (LTPS 141).

Por mecanismos vários, de tradição documental ou outra, mecanismos esses que julgamos já terem sido esclarecidos noutra obra (LIMA 1993: 21 – 29), os escribas medievais acabaram por induzir em erro muitos historiadores modernos, e transmitiram uma imagem muito confusa da divisão administrativa, militar e judicial em vigor nos séculos XI e XII. Passemos, pois, a outro tipo de argumentos.

Não é por acaso que a passagem do Douro se fazia pelo *porto de Pavia*, e não pelo *porto civitatis Anegia* [9], situado mais a jusante.

A localização da *civitas Anegia*, a meia encosta, não longe do local onde a *carraria antiqua* desembocava no Douro, mas invisível a partir desta, mostra uma intenção claramente defensiva. Devia, antes de mais, ser a base de uma guarnição permanente, capaz de, em caso de necessidade, fazer frente aos autores das frequentes razias a que a região certamente esteve sujeita.

Mas, como já vimos, nem no aspecto defensivo deve ter sido muito eficaz.

A partir do câmbio de milénio, os tempos são outros. Desde a morte de *Almansor*, em 1002, e de *Abd al-Malik*, seu filho, logo em 1008, que não mais este troço do Douro terá sido afectado pelas razias muçulmanas que tanto devem ter afligido e mesmo afugentado as populações destas paragens.

Só além-Montemuro, a partir das terras de Aregos e de São Martinho de Mouros para montante, seria preciso esperar pelas vitoriosas campanhas de Fernando o Magno, a partir de 1055, para a definitiva pacificação da região.

Aliás, os grandes movimentos - militares, populacionais ou outros – fazem-se, a partir da segunda metade do século XI, já não tanto pela *carraria antiqua* do vale do Paiva, mas sobretudo pela sua homónima do vale do Bestança[10], que por isso foi desde então densamente fortificada.

Para cá do arcaico *mons Geronzo*[11], velha designação do *mons Muro*, incluíndo a sua vertente ocidental, rasgada pelo Paiva, o processo de desagregação do *territorium* começa nitidamente mais cedo.

As pressões, certamente demográficas, mas também sociais, nomeadamente das nóveis famílias de infanções que o Livro Velho de Linhagens refere terem andado *a la guerra a filhar o reino de Portugal*, no sentido de uma maior repartição de poderes militares, administrativos e judiciais, levou à divisão do vasto e arcaico *territorium Anegia* numa série de *terræ*, de dimensões bastante mais reduzidas e encabeçadas cada qual pelo seu castelo (FIG. 2).

Os primeiros indícios documentais da desagregação do vastíssimo *territorium* da *civitas Anegia* começam em 1038 (MA III; *cfr.* LIMA 1993: 49 – 50). A partir desta data, e até aos anos 70 do século XI, são relativamente frequentes os diplomas que localizam as propriedades em *territoria* inexistentes ou que usam referências geográficas bastante confusas (LIMA 1993: 38 – 39), o que pode ser interpretado como um sinal concreto de alguma indefinição, ou até mesmo algum vazio administrativo, que caracterizaria esta época de charneira.

Tal situação poderia até ser anterior, e arrastar-se já desde o início do milénio, mas o brusco - e com certeza significativo - desaparecimento, durante um espaço de três décadas, da documentação relativa a toda esta região[12], impede-nos de o verificar, senão apenas pela interpretação do próprio vazio documental.

A partir da década de 40, começam a surgir sinais bem mais claros: em 1047 (DC 357), surge a primeira referência ao castelo de *Penafidel de Kanas*, talvez já desempenhando o seu papel de "cabeça-de-terra"; em 1048 e 1049 (DC 370 e 373), surgem os primeiros diplomas que integram propriedades desta região no *territorio portucalense*, ignorando *Anegia* - já inexistente enquanto centro de um *territorium* - enquanto que até essa data *Portucale* tinha o seu *territorium* confinado aos limites ocidentais do da velha *civitas* do Douro[13].

Em 1054, surge pela primeira vez uma referência explícita a uma nova unidade administrativa dentro da área outrora ocupada por *Anegia*: a *terra de Arauka* (DC 392).

A partir desta data, sucedem-se as referências às restantes *terræ*:

A *terra de Pavia* (Paiva), referida desde 1064 (DC 441 = LTPS 12), estendia-se do Paiva ao Arda, e do Douro ao Alto do Seixo, este último não longe dos actuais limites dos concelhos de Castelo de Paiva e Arouca.

A *terra de Penafidel de Canas* (Penafiel), referida desde a mesma data (DC 441 = LTPS 12), ocupava a região entre Sousa e Tâmega.

A *terra de Aguilar* (Aguiar de Sousa), referida desde 1066 (DC 451), situava-se entre os rios Sousa e Ferreira.

A *terra de Baiam* (Baião), cuja primeira referência data também de 1066 (DC 451), ocupava um espaço delimitado pelos rios Douro (a Sul), Galinhas (a Oeste), Ovelha (a Norte) e ainda o rio Teixeira e a ribeira de Zêzere (a Leste).

Ainda de 1066, data a primeira referência à *terra de Benviver* (DC 451), ocupando o espaço entre o Douro e o Tâmega, estendendo-se inicialmente, para NE, somente até à zona de Ariz.

Em 1070, surge a primeira referência à *terra Sancto Salvator* (São Salvador – *cfr.* DC 491), mais tarde chamado São Salvador de Nogueira. Ocupava, na margem Sul do Douro, o espaço compreendido entre a ribeira de Piães e o rio Bestança.

Ainda no século XI, mais precisamente em 1091, um diploma do cartório de Alpendorada (DC 767) dá-nos a primeira notícia da existência da *terra Sancto Felicis* (Sanfins). O seu castelo, no entanto, aparece já referido desde 1067 (DC 459). Os limites desta terra medieval eram os rios Douro (a Norte), Paiva (a Oeste), Ardena (a Sul) e a ribeira de Piães (a Nordeste) por onde confrontava com a já referida terra de São Salvador.

Já do século XII datam as primeiras referências às *terræ* de *Tendales* (Tendais, em plena Serra de Montemuro, a Sul da terra de São Salvador – *cfr.* DC 335 = LTPS 145) e de *Ferrarios* (Ferreiros, entre o Bestança e o Cabrum – *cfr.* LTPS 16), ambas no actual concelho de Cinfães; e ainda à de *Lousada* (entre o rios Sousa e Mezio – *cfr.* Mem. n.º 37), esta última na extrema dos *territoria* de *Anegia* e *Bracara*[14], à custa dos quais se formou.

Temos pois que o arranque da formação das *terræ*, sinal expressivo da ascensão social das famílias de infanções, por contraposição à poderosa nobreza condal, já então em franco declínio, é um processo cujo início é nitidamente anterior às vitoriosas campanhas de Fernando o Magno, que, ao fazer recuar para Sul uma boa centena de quilómetros a linha de fronteira muçulmano-cristã, mais não terá feito do que acelerar este movimento.

A Sul do Douro, mas apenas além-Montemuro, só mesmo as suas campanhas militares da década de 50 terão permitido alastrar este processo a tais paragens (ALMEIDA e LOPES 1981/82: 133, ALMEIDA 1989: 49, BARROCA 1988: 159 e 1990/91: 118).

Para cá do *mons Muro*, não terá havido diferenças cronológicas significativas em relação à margem Norte, a não ser, talvez, na própria serra, sobretudo na sua vertente oriental, que se manteve ainda como zona de fronteira até 1055, dificultando assim a nova organização administrativa da região.

Esta ideia parece ganhar ainda mais consistência, se tivermos em linha de conta as diferenças – notórias, quando cartografadas em escala adequada – da extensão das *terræ* a Norte do Douro e a poente do Paiva, por um lado; e do Montemuro para nascente, ao longo da margem Sul, por outro. Estas últimas, claramente sobre-divididas se comparadas com as anteriores, parecem corresponder a uma fase em que a luta por uma maior repartição de poderes terá levado à criação de unidades administrativas e militares menores e mais numerosas (FIG. 2).

Na linha do que Fournier defende a respeito deste processo além-Pirinéus (FOURNIER 1978: 32), diríamos que, ao contrário da criação - enquanto acto intencional e deliberado - dos *territoria*, a nova geografia das *terræ* não terá sido concebida de uma maneira global pela autoridade régia, mas ter-se-á formado como resultado de um determinado equilíbrio de forças entre as diferentes categorias da nobreza, e pela progressiva desagregação do poder condal e pulverização dos direitos que outrora lhes eram exclusivos.

4. Da *civitas Anegia* aos castelos cabeça-de-terra. A defesa do curso terminal do Douro no câmbio do primeiro milénio.

Não é credível, já o dissemos, que a velha *civitas Anegia* fosse criada com a pretensão de defender, por si própria, todos os pequenos núcleos habitacionais desta região. Estes tinham que ter, obrigatoriamente, os seus próprios locais de refúgio.

A eficácia de tais sítios, cuja localização teria um papel fundamental atendendo à exiguidade dos meios de defesa, deveria depender maximamente da possibilidade de alertar atempadamente as populações em perigo, facto ao qual não deverão ser alheios os *Fachos* e outros montes cuja toponímia, relacionada com o aviso por meio de sinais luminosos, é deveras sugestiva[15].

Os aterros / desaterros, como os que vemos na fortificação do *mons Genestazolo* (Vila Boa do Bispo, Marco de Canaveses), referido desde 1054 (DC 391, 455, 473, 606 e 688); os recintos amuralhados como os de Água de Frades (Vila Cova, Penafiel) e de Fandinhães (Paços de Gaiolo, Marco de Canaveses); ou as frustres construções pétreas como as que ainda hoje são visíveis em Vale de Papas (Ramires, Cinfães) no *castellum Aquilar* (*Inq.* 984; cfr. LIMA 1993: 195 – 197 e 292) deviam constar entre os poucos recursos de defesa com que se poderia contar, a par das indispensáveis condições naturais dos locais escolhidos.

Estas velhas fortificações, de labor certamente comunitário, tenderão a desaparecer com a desagregação da longínqua autoridade condal e sua substituição pela nova nobreza em ascensão, com um poder mais próximo e mais interventivo, cujo símbolo máximo passa a ser o castelo senhorial.

A extensão dos poderes senhoriais retirou às comunidades livres a maioria das suas prerrogativas - entre as quais certamente a da própria defesa - colocando-as dependentes do senhor, e fazendo dele o detentor das funções que outrora pertenciam à colectividade.

Os castelos senhoriais, cada um capitaneando a respectiva *terra*, implantam-se em lugares de destaque na paisagem circundante, para verem e serem vistos, como que num gesto permanente de ostentação e demonstração de imponência, de preferência em posições centrais face à terra que capitaneiam e em locais com condições naturais de defesa que tornem mínimo o esforço construtivo. Por vezes buscam ainda o prestígio de locais de remota e mística ocupação, sobretudo de época romana, ou não se intitulassem de *dominatores* ou mesmo *princeps* ou *imperatores*, aqueles que geralmente usam apenas os títulos de *tenens*, *continens* ou *mandantes* (LIMA 1993: 275).

Convém sublinhar que estas profundas mudanças nas estratégias de defesa desta parcela do vale do Douro, não se fez sem alguns sobressaltos. São frequentes os registos documentais da conflitualidade que envolveu esta passagem de testemunho e consequente dispersão de poderes administrativos e militares (MATTOSO 1992: 503 e LIMA 1993: 274). E até no próprio registo arqueológico ficaram marcas: o único castelo cabeça-de-terra desta região até agora submetido a escavações arqueológicas cientificamente orientadas, revelou uma primeira estrutura defensiva em madeira, datável da primeira metade ou meados do século XI, posteriormente destruída pelo fogo, e mais tarde substituída por uma nova estrutura pétrea que mais se deveria enquadrar no protótipo de castelo românico que viria a ser materializado neste tipo de fortalezas.

A destruição, pelo fogo, da estrutura castelar primitiva, indicia um possível recontro violento, de que Castelo de Matos terá sido alvo (BARROCA 1984: 164-165), e a própria construção em madeira pode ser interpretada de acordo com a necessidade de erguer - no mais curto prazo, e mesmo que em condições precárias - uma estrutura que simbolizasse os novos poderes.

Estão já identificados quase todos os castelos cabeça-de-terra desta região[16].

Na área outrora abrangida pelo *territorio Anegia*, já nos foi possível localizar os castelos que capitanearam as terras de Aguiar (*Castelo*, freg. Aguiar de Sousa, conc. Paredes), Penafiel (*Alto do Castelo*, freg. Oldrões, conc. Penafiel), Benviver (*Monte Aradros*, freg. Alpendorada e Matos, conc. Marco de Canaveses), Baião (*Castelo de Matos*, freg. Ovil, conc. Baião), Paiva

(*Crasto*, freg. Fornos, conc. Castelo de Paiva), Arouca (*Crasto de São João de Valinhas*, freg. Santa Eulália, conc. Arouca), e *Sanfins* (Senhora do Castelo, freg. Nespereira / Piães, conc. Cinfães). Ainda no Montemuro, mas provavelmente já fora do velho *territorio Anegia*, haveriam de surgir os castelos que capitanearam as terras de São Salvador (*Castelo de Sampaio*, freg. Cinfães, conc. Cinfães), Tendais (*Castêlo*, freg. Tendais, conc. Cinfães), Ferreiros (*Senhora da Aparecida*, freg. Ferreiros, conc. Cinfães), Aregos (*Penedo de São João*, freg. Aregos, conc. Resende) e São Martinho (*Castelo*, freg. São Martinho de Mouros, conc. Resende).

No entanto, o precoce abandono destas fortificações, por cessação óbvia da sua utilidade, implicou que há muito se iniciasse a sua degradação, o que dificulta muito - na ausência de escavações arqueológicas sistemáticas - o reconhecimento dos seus principais aspectos arquitectónicos.

É no entanto possível adiantar desde já alguns aspectos para uma melhor compreensão destas estruturas:

- Em todos os casos onde foram detectadas muralhas pétreas, não há um único em que essa muralha não integre no seu traçado grandes batólitos de granito que são assumidos como parte integrante da própria muralha.

Ou a muralha protege o acesso ao núcleo central apenas por um dos lados (como acontece em Vale de Papas e em Fandinhães), em princípio aquele lado onde a natureza não se encarregou de o fazer de forma mais eficaz;

Ou se trata de uma cerca destinada a criar e fechar um espaço ao lado do núcleo central do castelo (como acontece na *civitas Sancti Felicis*);

Ou se trata de facto de um circuito fechado constituído parcialmente por uma muralha pétrea, e ainda por grandes penedos que funcionam como se de panos de muralha se tratasse (Penafiel de Canas, Benviver, São Salvador).

- Em nenhum dos castelos cabeça-de-terra, que em princípio deveriam ser aqueles que melhor dariam corpo ao modelo de castelo românico, encontramos vestígios inequívocos da existência de torre de menagem[17], símbolo máximo do carácter senhorial que foi o grande beneficiário da nova geografia administrativa, militar e judicial que se corporizou nas *terræ*.

- O abastecimento de água (vital em caso de cerco prolongado, e que era maximamente assegurado pelas nascentes às quais não deveria ser estranha a implantação das fortalezas) teria sido assegurado, no castelo românico, pela presença da cisterna. Mas, para suspeitar da existência deste tipo de estruturas, apenas temos elementos no castelo de São Salvador, onde uma depressão circular, em posição central no interior do recinto amuralhado, e um elemento de calha, assim o dão a entender.

Esta segunda grande vaga de força do **processo de encastelamento do curso terminal do Douro**, já não vai procurar tanto as póvoas - cuja defesa procuravam assegurar os velhos *mons* referidos na documentação dos séculos IX e X - mas sobretudo as vias. Essencialmente as vias de trânsito inter-regional, como as que, aproveitando os vales do Paiva e Bestança, desembocavam no Douro, respectivamente em Castelo [de Paiva][18] e em Porto Antigo e Mourilhe (LIMA 1993: 251 – 260).

Não obstante alguns vagos indícios - documentais e arqueológicos - da presença de possíveis torres e/ou estruturas habitacionais no interior de algumas destas estruturas castelares[19], não sabemos pois em que medida os castelos do curso terminal do Douro terão - ou não - ficado à margem das grandes inovações que o românico viria a introduzir na arquitectura militar.

A estas questões, como a muitas outras, só a arqueologia, e em especial a escavação arqueológica, poderá responder.

Fontes Documentais

ACMA = *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, Biblioteca Municipal, 1968.

DC = *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências, 1867 – 73.

DISS = Ribeiro, João Pedro - *Dissertações Chronologicas e Críticas*..., Vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 1810.

DP III = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares* (AD 1101 – 1115), (ed. Rui de Azevedo), tomo III, Lisboa, Academia Port. História, 1940.

DP IV = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares* (AD 1116 – 1123), (ed. Rui de Azevedo e Avelino J. Costa), tomo IV, Lisboa, Academia Port. História, 1980.

DR = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, (ed. Rui de Azevedo), tomo III, Lisboa, Academia Port. História, 1940.

Inq.= *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, Lisboa, Academia das Ciências, 1888 – 97.

LTPS = Livro dos Testamentos de Paço de Sousa (ed. Maria Teresa Monteiro e José J. Rigaud de Sousa), *Bracara Augusta*, XXIV (57 – 58), Braga, 1970.

MA = Coelho, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca. Do Século X ao Século XIII*, 2ª. ed., Arouca, Câmara Mun. e Real Irmandade da Raínha Santa Mafalda, 1988.

Mem. = Meireles, Frei António da Assunção – *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa e Index dos Documentos do Arquivo*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942.

Bibliografia citada

ALMEIDA 1978 = Almeida, Carlos Alberto Ferreira de – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*, Porto, Fac.Letras, 1978

ALMEIDA 1989 = Almeida, Carlos Alberto Ferreira de – Castelos e Cercas Medievais, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo* (dir. de Rafael Moreira), Lisboa, Alfa, 1989, p. 38 – 54.

ALMEIDA e LOPES 1981/82 = Almeida, Carlos Alberto Ferreira de; Lopes, Francisco Gaspar Almeida – Eja (Entre-Os-Rios), *Portugália*, IIª. Série, II-III, Porto, 1981-2.

AZEVEDO 1898 = Azevedo, Pedro de – O Território de "Anégia", *O Archeologo Portuguez*, Iª série, 4, 1898, p. 193 – 215.

BARROCA 1984 = Barroca, Mário Jorge – Notas sobre a Ocupação Medieval em Baião, *Arqueologia*, 10, Porto, 1984, p. 116 – 136.

BARROCA 1988 = Barroca, Mário Jorge – A Ocupação Medieval em Castelo de Matos. Primeira Abordagem, *Arqueologia*, 17, Porto, 1988, p. 159 - 171.

BARROCA 1990/91 = Barroca, Mário Jorge – Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII), *Portugália*, Nova série, XI-XII, Porto, 1990-91, p. 89 – 126.

BARROS 1954 = Barros, Henrique Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Lisboa, Sá da Costa, 1954.

COSTA 1959 = Costa, Avelino de Jesus da – *O Bispo D.Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Coimbra, 1959.

FERNANDES 1968 = Fernandes. A. Almeida – *Os Limites da Arquidiocese Bracarense até o Tempo de São Frutuoso*, Braga, s.e., 1968.

FOURNIER 1978 = Fournier, Gabriel – *Le Château dans la France Médiévale. Essai de Sociologie Monumentale*, Paris, Aubier Montaigne, 1978.

GIRÃO 1940 = Girão, A. de Amorim – *Montemuro. A Serra Mais Desconhecida de Portugal*, Coimbra, Coimbra Ed., 1940.

LIMA 1993 = Lima, António Manuel de Carvalho – *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séculos IX – XII)*, 3 vol., Porto, Fac.Letras, 1993.

MATTOSO 1968 = Mattoso, José – *Le Monachisme Ibérique et Cluny. Les Monastéres du Diocese de Porto de l'an Mil à 1200*, Louvain, Université de Louvain, 1968.

MATTOSO 1992 = Mattoso, José – Portugal no Reino Asturiano-leonês, *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 9 – 309.

MERÊA e GIRÃO 1943 = Merêa, Paulo; Girão, A. de Amorim – Territórios Portugueses no Século XI, *Revista Portuguesa de História*, 2, Lisboa, 1943, p. 255 – 263.

OLIVEIRA M. 1956 = Oliveira, Miguel de – Os Territórios Diocesanos, *Lusitânia Sacra*, I, Lisboa, 1956, p. 29 – 50.

REAL 1986 = Real, Manuel Luís – *A Igreja de São Pedro de Ferreira. Um Invulgar Exemplo de Convergência Estilística*, Paços de Ferreira, Câm. Municipal, 1986.

* Mestre em Arqueologia, pela F.L.U.P.
O presente artigo versa alguns dos conteúdos abordados na dissertação de mestrado do autor, cujo orientador foi o Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida.

[1] É a Carlos Alberto Ferreira de Almeida que devemos a localização exacta da *civitas Anegia*: Sobre este assunto veja-se ALMEIDA e LOPES 1981/82 e LIMA 1993: 118-119 e fig. 10.

[2] Por exemplo, a inserção da Foz do Sousa no *territorium Anegia*, em resultado de uma interpretação errónea do texto de DC 146, de 985. Sobre este problema, ver LIMA 1993: 33 e 100, nota 53.

[3] Por exemplo, o vale de Arouca, integrado no *territorium Anegia* como o demonstra o texto de MA II, datado de 972.

[4] Ver notas à cartografia do *territorio Anegia*, em LIMA 1993: II, 5 - 8 e 12 - 15.

[5] Sobre a oro-hidrografia da região, veja-se sobretudo a obra de Aristides de Amorim Girão (GIRÃO 1940) e o elucidativo *Mapa Oro-Hidrográfico de Portugal*, Escala 1: 200.000, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos / Inst. de Alta Cultura, 1965, fls. 9, 10, 13 e 14.
Quanto ao *territorium Anegia*, só o seu limite Norte não é muito nítido. As confrontações entre o *territorium Anegia*, no seu limite Norte, e o *territorium* de *Bracara*, no seu extremo Sul, andariam, nos séculos IX / X, por terras de Lousada e Amarante. Sobre os limites arcaicos do *territorium Bracharensis*, ver COSTA 1959: mapa após a p. 534 e FERNANDES 1968: mapa após a p. 10.

[6] É possível que o *territorium* da *civitas Anegia* se ficasse, na margem Norte do Douro, um pouco aquém do Marão, talvez pelo *mons Toeraze*, que julgamos poder identificar com a actual Serra da Aboboreira. *Cfr.* DR I 32, DR I 187 e DR I 307.

[7] DC 157 (989), MA III (1038), DC 424 (1060), DC 428 (1061), DC 432 = DC 255 (1062), DC 821 (1095), DP III 65 (1102), DP III 250 (1107), DP III 352 (1110), DP IV 66 (1119), MA 49 (1125) e LTPS 119 (1147).

[8] Só no segundo destes locais está materialmente comprovada a ocupação alti-medieval, carecendo os restantes de provas que só uma mais demorada investigação *in situ* poderá fornecer.

[9] DC 25, diploma falso, datado de 922 mas redigido cerca de [1115-6] (*cfr.* MATTOSO 1968: 9 e OLIVEIRA M. 1956)

[10] Sobre o traçado desta via, respectivas referências documentais e fortificações adjacentes, veja-se LIMA 1993: 251 e ss.

[11] Nome primitivo da serra de Montemuro, assim chamada em vários diplomas desde 925 a 1101 (cfr. LIMA 1993: II, 64).

[12] Entre o ano 1000 e 1033, há apenas um único documento referente a toda esta vasta região (DC 226 = LTPS 142, de 1015).

[13] DC 27 e DC 146 mostram as mais orientais referências para o *territorio portucalense*, antes da desagregação do *territorio Anegia*.

[14] MA 135 (1172), MA 139 (1175) e MA 244 (1225) localizam propriedades das freguesias de Nogueira e Aveleda, ambas do concelho de Lousada, na área do *territorium Bracharensis*, certamente apenas por tradição documental. Ver LIMA 1993: I, 75 - 77 e ainda II, 47 e Mapa III.

[15] Entre eles estão os topónimos de radical *Cand-*, já documentados desde o século XI, como o *mons Candaneto* (DC 492) ou o *mons Kandauso* (DP IV 4), especialmente frequentes no vale do Paiva, sobretudo na sua margem direita, precisamente ao longo da velha *carraria antiqua*.

[16] De todos estes castelos, os de Tendais e Ferreiros suscitam-nos ainda algumas duvidas quanto à sua localização.

[17] Alguns indícios, demasiado ténues para sustentarem uma posição sólida sobre este assunto, podem ser observados nos castelos de Penafiel de Canas e São Salvador (ver LIMA 1993: 131 - 133 e fig. 16 para Penafiel, e 137 - 139 e fig. 18 para São Salvador).

[18] Sem que isso ponha em questão o facto de a *carraria antiqua* desembocar no Douro na zona de Várzea do Douro / foz do Paiva, deve ser corrigida a atribuição de um marco miliário a este último local, feita por Emílio Hübner (CIL II 6211) com base num equívoco de leitura de uma carta de João Pedro Ribeiro publicada em 1879 a pp. 35 do vol. I (2) do *Boletim de Bibliographia Portugueza*.
Na realidade, o autor da carta, João Pedro Ribeiro, ao referir-se a uma inscrição encontrada no "*sítio chamado do Oiteiro do Castello de Paiva, cerca do rio Douro e Payva e na foz deste último*", estava a dar a localização da inscrição referida imediatamente antes e não a do miliário, que está imediatamente depois, o qual se encontrava "*na freguezia de S. Mamede de Infesta. Comarca da Maya*".

[19] Sobre os indícios arqueológicos, ver nota [17]. Indícios documentais, encontrá-mo-los em dois diplomas referentes ao castelo de Benviver, um de 1068 que prova a existência de uma cadeia (DC 473) e um outro de 1125, menos explícito, que poderá indiciar a presença de estruturas habitacionais no seu interior (*Diss.* I, p. 248-249, nº 38). Sobre estes dois últimos diplomas e sua importância, ver LIMA 1993: 124 - 125.

[20] Esta freguesia tem São Martinho por padroeiro. A identificação, que achamos plausível, foi proposta por Pedro de Azevedo (1898: 206).

[21] Pedro de Azevedo (AZEVEDO 1898: 203) localiza este topónimo na freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Penafiel. Tal localização não está, de certeza, correcta. Os documentos medievais, quando se referem a locais entre "Douro e Tâmega", referem-se sempre à margem esquerda do Tâmega, isto é, ao actual concelho de Marco de Canaveses. Esta *villa Fornos* devia situar-se na actual freguesia de Alpendorada e Matos ou freguesias limítrofes. Em 1089 (DC 721), *Fornos* aparece referida *inter Durio et Tamica... ad radice Aratri montis ubi divide Ordoni et Conprentes et Magrel*[...]. Ordonhe pertence hoje à freguesia de Alpendorada e Matos, Complentes pertence a Magrelos, que por sua vez é sede de uma outra freguesia do concelho de Marco de Canaveses. *Fornos* aparece ainda em 1066 (DC 451) e 1070 (DC 491) entre outros locais deste último concelho.

[22] A identificação de *Ferraria* com o pequeno lugar de Ferreira, perto de Ouzarém, ainda na área do actual concelho de Paredes, baseia-se na maior proximidade (mesmo assim, relativa) deste lugar em relação ao monte de Vandoma e ao rio Sousa, que são os outros dois pontos de referência que o documento nos dá. Não é, no entanto, de excluir a hipótese de se tratar da sede da freguesia de S. Pedro de Ferreira (actual concelho de Paços de Ferreira), um pouco mais a Norte, mais longe, quer de Vandoma, quer do rio Sousa, mas que parece ser já referida no século X (DC 76, de 959, segundo identificação sugerida por Manuel Luís Real (REAL 1986: 250) e onde há vestígios arqueológicos datáveis de inícios do século XI (idem).

[23] Sendo os pontos de referência os mesmos do local citado no ponto anterior, não parece ser provável a identificação de *Ascarizi*, nem com Escariz (freg. Penamacor, conc. Paços de Ferreira) - para lá do rio Ferreira e já bastante longe, quer de Vandoma, quer do Sousa; nem com Escariz (freg. Lagares, conc. Penafiel) - mais perto, quer do Sousa, quer de Vandoma, mas que constituiria a única referência para Vandoma de locais situados a nascente do rio Sousa.

[24] Desconhecemos a localização exacta, bem como o topónimo actual correspondente. Tendo em conta que os pontos de referência são os mesmos que para os cinco locais anteriores, deve situar-se na área do actual concelho de Paredes.

[25] O nome e a localização desta *villa* estão obviamente relacionados com o rio Sardoura, que atravessa o concelho de Castelo de Paiva, e que deu o nome a duas freguesias deste concelho (Santa Maria e São Martinho). No entanto, não cremos que tenha havido evolução do nome *Sardoirola* para Sardoura, (correspondendo assim a São Martinho ou Santa Maria de Sardoura, com as quais Pedro de Azevedo (AZEVEDO 1898: 206) identifica a *villa Sardoirola*. Se em *1103 (DP III 113) já se diz claramente villa Sardoria*, em *1107 (DP III 250)* e *1109 (DP III 320)* ainda é referida a *villa Sardoirola*. O sufixo *-ola*, que tem o mesmo significado de *-inha* aponta para a identificação da *villa Sardoirola* com Sardoirinha, na freguesia de Bairros.

[26] A identificação da *villa Banius* não é segura. Henrique da Gama Barros e João Pedro Ribeiro localizam-na, respectivamente, na freguesia de Santa Eulália e em Santa Maria de Penhalonga (cit. em AZEVEDO 1898: 200). Pedro de Azevedo concorda com o primeiro destes autores (*idem*). Pelo seu significado, julgamos nós, o topónimo sugere uma relação com as Termas de São Vicente, localizadas na freguesia de Pinheiro, concelho de Penafiel, e não longe de *Anegia*. Sabemos que a utilização termal deste sítio já vem de época romana. Até a própria referência a *Anegia*, não como *territorium*, mas como *valle*, sugere esta maior proximidade.

[27] Estão aqui incluídas, em conjunto, referências a vários topónimos (*Capanellas* e *Viliulfi*, hoje desconhecidos; e *Ordoni*, hoje Ordonhe), todos eles referidos, por vezes, como local onde se implanta o Mosteiro de São João de Alpendorada.

[28] A igreja de São Miguel de Entre-os-Rios é situada, noutro documento (DP IV 132, de 1120) *ad radicem castro Anegie*.

[29] Identificação baseada no facto de o Mosteiro de Cête, segundo os diplomas medievais, se localizar nesta *villa*, e não no reconhecimento de qualquer topónimo actual correspondente a *Robordanos*.

[30] Esta *Villacova* não se identifica com Vila Cova de Vez de Aviz, referida noutros documentos (DP III 257), pois situava-se bastante mais para Sul, provavelmente na área da freguesia de Valpedre. É certamente a mesma *Villacova* que, cinco anos mais tarde, é referida ainda sob o *mons Ordinis*, mas já no *territorio portucalensis*, sem qualquer referência a *Anegia*.

[31] Se bem que não saibamos localizar com precisão este topónimo, são possíveis algumas aproximações: O documento em causa refere o *ribulo Ovelia* e o *mons Castro Malo*. O rio Ovelha é um conhecido afluente do Tâmega, que atravessa os concelhos de Marco de Canaveses e Amarante. Do *mons Castro Malo*, desconhecemos a localização exacta, mas Carlos Alberto Ferreira de Almeida situa-o, com reservas, na freguesia de Salvador do Monte, concelho de Amarante (ALMEIDA 1978: 48). Embora sem qualquer referência a *Anegia* ou a *Castro Malo*, o lugar de *Penelina* volta a ser referido em 1131 (DR I 119) nos limites do couto de São Salvador de Tabuado. Como, ainda segundo este último documento, o couto não ultrapassava - para Ocidente - o rio Ovelha, *Penelina* dever-se-ia situar em Tabuado, Folhada ou Gouveia (as duas primeiras do concelho de Marco de Canaveses e a última do concelho de Amarante).

Desconhecemos a sua localização exacta, mas, a julgar pelos pormenores que nos são dados por um outro documento (DP III 401, de1112), é provável que se situasse na freguesia de Guilhufe.

O *territorium civitas Anegia* - Legenda e comentários à sua cartografia

Os topónimos medievais estão ordenados cronologicamente pela primeira referência documental explícita ao *territorium* da *civitas Anegia*. Segue-se a sua identificação e todas as referências documentais que o situam neste *territorium*. Os topónimos não cartografados são antecedidos de um *.

Anegia é ainda referida a propósito do seu porto (*porto civitatis anegia* - DC 25, doc. falso datado de 922, mas redigido cerca de [1115-6] - *cfr.* MATTOSO 1968: 9 e ainda OLIVEIRA M. 1956); como simples *villa* (DC 420 de 1059), e como *castro* (DP IV 132, de 1120).

1 - *Suylanes* - Soalhães, freg. Soalhães, conc. Marco de Canaveses - 875 (DC 8).
2 - *Lauridosa* - Lardosa, freg. Rans, conc. Penafiel - 882 (DC 9)
3 - *Alvarenga* - Alvarenga, freg. Alvarenga, conc. Arouca - 952 (DC 64)
4 - *Villa Mediana* - Vila Meã, freg. Souzelo, conc. Cinfães - 952 (DC 66)
5 - *Sancto Martino* - Várzea do Douro, freg. Várzea do Douro, conc. Marco de Canaveses[20] - 964 (DC 86)
6 - *Sancto Petro* - São Pedro, freg. Arouca, conc. Arouca - 972 (MA II)
*7- *Fornos* - ?, conc. Marco de Canaveses[21] - 982 (?) (DC 134)
8- *Abulin* - Aboim, freg. Rebordosa, conc. Paredes - 985 (DC 146)
9 - *Ferraria* - Ferreira, freg. Sobrosa, conc. Paredes[22] - 985 (DC 146)
10 - *Balestarios*- Besteiros, freg. Besteiros, conc. Paredes - 985 (DC 146)
*11 - *Feberos* - Febros, freg. Bitarães, conc. Paredes - 985 (DC 146)
*12 - *Ascarizi* - ? [23], conc. Paredes - 985 (DC 146)
*13 - *Pardelos* - ? [24], conc. Paredes - 985 (DC 146)
14 - *Varzena* - Várzea, freg. Real, conc. Castelo de Paiva - 989 (DC 157)
15 - *Palatiolo* - Paço de Sousa (Mosteiro de), freg. Paço de Sousa, conc. Penafiel - 994 (DC 169 = LTPS 132); 1000 (LTPS 26); 1071 (DC 498); 1083 (LTPS 4); 1087 (DC 678 = LTPS 39); 1177 (LTPS 134); 1177 (LTPS 135).
16 - *Marecus* - Marecos, freg. Marecos, conc. Penafiel - 1043 (DC 324)
17 - *Galegos* - Galegos, freg. Galegos, conc. Penafiel - 1044 (LTPS 34)
18 - *Sardoirola* - Sardoirinha, freg. Bairros, conc. Castelo de Paiva [25] - 1045 (DC 343)
19 - *Alarizi* - Ariz, freg. Ariz, conc. Marco de Canaveses - 1046 (DC 345)
*20 - *Banius* - ? [26], conc. Penafiel - 1047 (DC 357)
21 - *Sancto Iohanne* - S. João de Alpendorada, freg. Alpendorada e Matos, conc. Marco de Canaveses [27] - 1047 (DC 358); 1068 (DC 474); 1071 (DC 496); 1073 (DC 505); 1080 (DC 579); 1082 (DC 610); 1085 (DC 651); 1087 (DC 682); 1087 (DC 689); 1090 (DC 743); 1091 (DC 749); 1091 (DC 755); 1091 (DC 764); 1109 (DP III 320)
22 - *Fandilanes* - Fandinhães, freg. Paços de Gaiolo, conc. Marco de Canaveses - 1054 (DC 391)
23 - *Cotes* - Codes, freg. Rio de Moínhos, conc. Penafiel - 1056 (DC 398)
24 - *Rial* - Real, freg. Real, conc. Castelo de Paiva - 1060 (DC 424); 1061 (DC 428); 1062 (DC 432 = DC 255)
25 - *Vimenario* - Vimieiro, freg. Sande, conc. Marco de Canaveses - 1067 (DC 455)
26 - *Ventusella* - Ventosela, freg. Alpendorada e Matos, conc. Marco de Canaveses - 1068 (DC 474)
27 - *Covas* - Covas, freg. Freixo, conc. Marco de Canaveses - 1068 (DC 474)
28 - *Inter Ambos Rios* - Entre-Os-Rios, freg. Eja, conc. Penafiel [28] - 1068 (DC 474)
29 - *Portela de Magrelos* - Portela, freg. Magrelos, conc. Marco de Canaveses - 1068 (DC 474)
30 - *Zeidonesses* - Pinheiro, freg. Pinheiro, conc. Penafiel - 1071 (DC 498)
31 - *Cabronello* - Cabroelo, freg. Capela, conc. Penafiel - 1071 (DC 498)
32 - *Ameixenedo* - Ameixede, freg. Eja, conc. Penafiel - 1071 (DC 498)
33 - *Robordanos* - Mosteiro, freg. Cête, conc. Paredes [29] - 1077 (DC 542)
*34 - *Villacova* - ? [30], conc. Penafiel - 1079 (DC 573)
35 - *Villela* - Vilela, freg. Valpedre, conc. Penafiel - 1079 (DC 573)
36 - *Sauto* - Souto, freg. Rio de Moínhos, conc. Penafiel - 1080 (DC 593)
37 - *Sandi* - Sande, freg. Sande, conc. Marco de Canaveses - 1085 (DC 644)
38 - *Loderiz / Loeriz* - Luriz, freg. Alpendorada e Matos, conc. Marco de Canaveses - 1086 (DC 654); 1123 (DP IV 381)
39 - *Paretes* - Paredes, freg. Alpendorada e Matos, conc. Marco de Canaveses - 1086 (DC 654)
40 - *Uldrianos* - Oldrões, freg. Oldrões, conc. Penafiel - 1086 (DC 662)
41 - *Ordinis* - Ordins, freg. Lagares, conc. Penafiel - 1086 (DC 662)
42 - *Ortigosa* - Ortigosa, freg. Travanca, conc. Cinfães - 1087 (DC 682)
43 - *Christoval* - Cristóvão, freg. Sande, conc. Marco de Canaveses - 1087 (DC 688)
*44 - *Pennelina* - ? [31], conc. Amarante (?) - 1090 (DC 742)
45 - *Losii* - Luzim, freg. Luzim, conc. Penafiel - 1097 (DC 865)

46 - *Oleirus* - Oleiros, freg. Rio de Moínhos, conc.Penafiel - 1102 (DP III 89)
47 - *Concela* - Concela, freg. Penhalonga, conc. Marco de Canaveses - 1111 (DP III 370 = DC 604)
*48 - *Scapanes* - ? [32], conc. Penafiel - 1112 (DP III 401 = LTPS 74)
49 - *Quiladi* - Guilhade, freg. Várzea do Douro, conc. Marco de Canaveses - 1115 (DP III 498)
50 - *Auvol* - Abol, freg. Eja, conc. Penafiel - 1185 (LTPS 141)

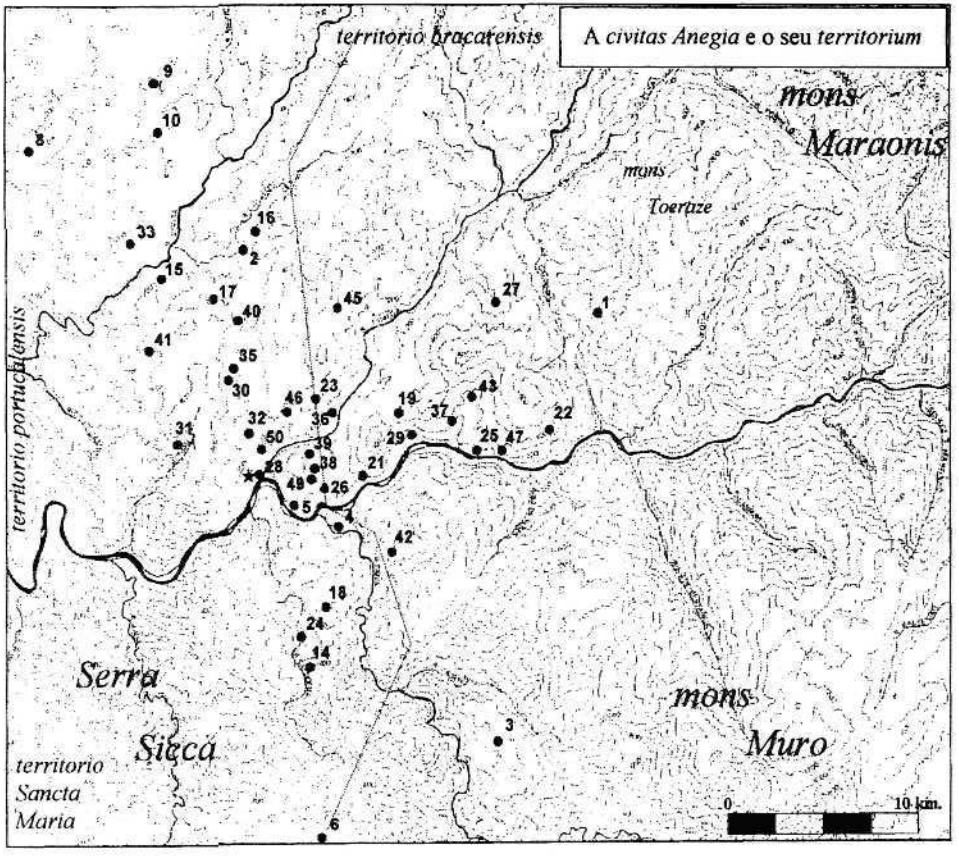

FIG. I

A civitas Anegia e o seu territorium

Base cartográfica:
Carta Militar de Portugal Escala 1: 25.000, Lisboa. Serviços Cartográficos do Exército, fls 111 - 114, 122 - 126, 133 - 137 e 144 - 147.

★ *Civitas Anegia*

● sítios cuja integração no *territorium Anegia* está documentalmente provada

--- Traço provável da *carraria antiqua* (simplificado)

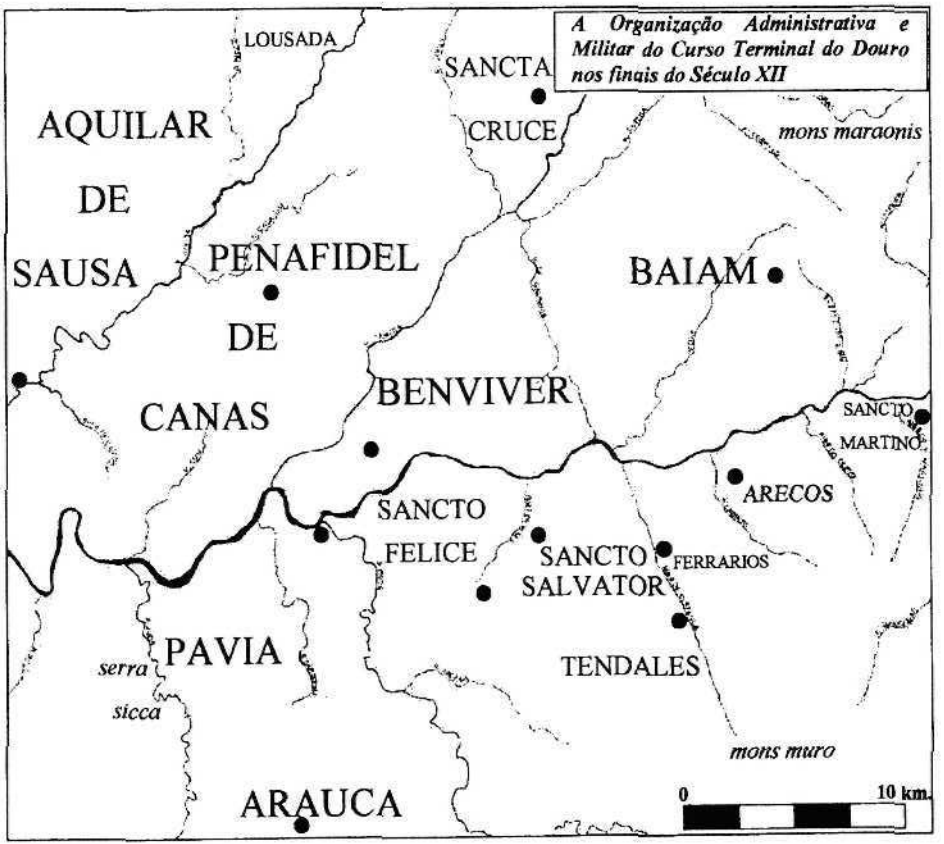

FIG. 2

A Organização Administrativa e Militar do Curso Terminal do Douro nos finais do Século XII

Base cartográfica:
Carta Militar de Portugal Escala 1: 25.000, Lisboa, Serviços Cartográficos do Exército, folhas 111 - 114, 122 - 126, 133 - 137 e 144 - 147.

● - *Castelo cabeça-de-terra*